



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1616/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 098/2023

<b>OBJETO</b>	SEGURO (ENDOSSO – INCLUSÃO) DE 2 VEÍCULOS NOVOS – COROLLA – PLACA SCS-0F88 E COROLLA – PLACA SCQ-8D58.
---------------	--

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u>339039-69</u> – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/Seguros em Geral
-----------------------------	--





MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO

Requisição: 1082 Situação: APROVADO  
Departamento: 14 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE Data Solicitação: 05/12/2023  
Usuário Analise: LIVIA CRISTINA MATIAS ASSIS Data Analise: 12/12/2023  
Observação: ENDOSSO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS.

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	2,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	3537 - SEGURO DE AUTOMÓVEIS	

TOTAL PRODUTO:	1
TOTAL GERAL:	0,00





# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo



0000020231616

**Número do Processo**

**1616/2023**

[WWW.JATAI.GO.LEG.BR](http://WWW.JATAI.GO.LEG.BR)

Órgão de Origem

**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Departamento de Origem

**PROTOCOLO**

Interessado

**VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Assunto

**REQUISIÇÃO**

Data/Hora

**05/12/2023 16:23**

Descrição

**Requisição nº 1082 - Renovação de seguro da frota (5) cinco e endosso de 2 (dois) veículos novos.**



Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

**KEYNER PEREIRA MARTINS**

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

**R\$ 0,00**



## ORÇAMENTO - SEGURO AUTO FROTA

Orçamento: 801250549		
Sucursal/Apólice: 14/9762796		Operação de Negócio: Convencional
Tipo de Emissão: Endosso		Tarifa: Novembro/2023
Início da Vigência: 06/12/2023		Data do Orçamento: 30/11/2023
Término da Vigência: 04/01/2024		Versão do cálculo: 2
Quantidade de Itens: 2		Última Liberação: 04/12/2023
Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais		
Dados do corretor		
Nome	Telefone	Código SUSEP
MARISTA CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME	(62) 35454500	LI411J
Dados do cliente		
Razão Social: CAMARA MUNIC DE JATAI		
CNPJ: 24.858.805/0001-39		Tipo Pessoa: Jurídica
Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL		
Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios		
Descrição	Prêmio	
CASCO	R\$ 340,66	
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 33,40	
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 13,24	
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 10,50	
26F - Carro Extra Básico 15 Dias (R\$ 1.350, Limitado à R\$ 90/dia) - Livre Escolha	R\$ 30,46	
45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	R\$ 15,90	
76R - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lantemas e Faróis - Livre Escolha	R\$ 21,02	
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00	
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00	
ACESSÓRIO SOM - RADIO AM-FM	R\$ 0,00	
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00	
Os veículos são de propriedade		
Empresa (PJ): 2		
Prêmio do Seguro		



**Prêmio Líquido do Seguro:** R\$ 465,18

**IOF:** 0,00%

**Prêmio à vista do seguro:** R\$ 465,18

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

\*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Na hipótese de sinistro, o segurado arcará com os prejuízos, até o valor da franquia; e a seguradora, com aqueles que excederem a franquia. A franquia deverá ser paga pelo segurado diretamente à oficina que reparou o veículo.

Os valores deste orçamento são válidos até 07/12/2023

**OPÇÕES DE PAGAMENTO**

**PAGAMENTO: À Vista - Boleto**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

**PAGAMENTO: Carnê a 30 d.d.**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

**PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Carnê**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

**PAGAMENTO: Todas Débito C. Corrente**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

**PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito - Demais Bandeiras**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

**PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito Porto Seguro**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 465,18	R\$ 465,18

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

Al. Barão de Piracaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP







<div><div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div><div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</div></div>		
<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 09/02/1966</div>
<div>NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada</div>		
<div>LOGRADOURO AV RIO BRANCO</div>	<div>NÚMERO 1489</div>	<div>COMPLEMENTO RUA GUAIANASES, 1238</div>
<div>CEP 01.205-001</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ARQ.EXP@PORTOSEGURO.COM.BR</div>		<div>UF SP</div>
<div>TELEFONE (11) 2393-6762</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**CNPJ: 61.198.164/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:44:46 do dia 21/07/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/01/2024.

Código de controle da certidão: **6907.57E3.2C3A.2BB8**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Voltar

Imprimir



**Certificado de  
Regularidade do FGTS -  
CRF**

**Inscrição:** 61.198.164/0001-60  
**Razão**  
**Social:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
**Endereço:** AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/11/2023 a 20/12/2023

**Certificação Número:** 2023112103413946580703

Informação obtida em 06/12/2023 15:42:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Certidão nº: 69731481/2023

Expedição: 06/12/2023, às 15:43:42

Validade: 03/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexistência.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes**, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 1616/2023, que objetiva a contratação de empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 06/12/2023

  
**Dulcilene L. de Oliveira Freire**  
Chefe do Deptº de Compras





# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 69 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Seguros em Geral**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 449,26 (quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) nesta dotação.

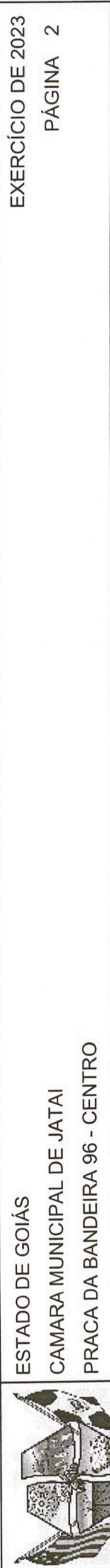
Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 07 de dezembro de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4





ESTADO DE GOIÁS  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
PRACA DA BANDEIRA 96 - CENTRO

PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 07/12/2023 ATÉ 07/12/2023

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALZ.		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
21	Material de Copa e Cozinha					10.904,00		10.904,00		10.904,00	
22	Material de Limpeza e Produção de Higienizacao					50.830,18		50.830,18	11.998,42	50.830,18	
23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos					1.970,22		1.811,81		1.811,81	158,41
24	Material para Manutencao de Bens Imoveis					4.523,70		1.906,86		1.906,86	2.616,84
25	Material para Manutencao de Bens Moveis					7.508,80		6.884,40		6.884,40	624,40
26	Material Elettrico e Eletronico					20.809,78		17.616,93		17.616,93	3.192,85
28	Material de Protecao e Seguranca					2.139,00		2.044,60		2.044,60	94,40
29	Material para Audio, Video e Foto					9.740,00		9.740,00		9.740,00	
39	Material para Manutencao de Veiculos					52.798,80		37.474,84		37.474,84	15.323,96
42	Ferramentas					1.900,00		1.900,00		1.900,00	
44	Material de Sinalizacao Visual e Afins					7.563,00		6.781,00		6.781,00	782,00
50	Bandeiras, Flamulas e Insignias					4.270,00		4.270,00		4.270,00	
0008.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	501,76			501,76						
0009.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,04			1.788,04						
0010.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98						
0011.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	90.000,00			90.000,00						
0012.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80						
0013.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	730.000,00	55.000,00		785.000,00	739.214,94		425.779,24	10.873,48	418.950,32	320.264,62
01	Assinaturas de Periodicos e Anuidades					1.488,00		1.488,00		1.488,00	
05	Servicos Tecnicos Profissionais					31.650,00		9.200,00		9.200,00	22.450,00
16	Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis					57.084,63		45.312,63	5.976,00	45.312,63	11.772,00
17	Manutencao de Conservacao de Maquinas e Equip					5.888,64		4.078,64		4.078,64	1.810,00
19	Manutencao e Conservacao de Veiculos					20.830,38		13.955,68	1.050,00	13.955,68	6.874,70
20	Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou					37.519,43		14.953,05		14.953,05	22.566,38
23	Festividades e Homenagens					15.390,00		15.390,00		15.390,00	
41	Fornecimento de Alimentacao					11.433,80		7.702,45		7.702,45	3.731,35
43	Servicos de Energia Elettrica					50.000,00		44.264,99		37.436,07	12.563,93
44	Servicos de Agua e Esgoto					20.000,00		3.012,57		3.012,57	16.987,43
46	Servicos Domesticos					3.500,00		390,00		390,00	3.110,00
47	Servicos de Comunicacao em Geral					25.000,00		1.049,56	355,25	1.049,56	23.950,44
48	Servicos de Selecao e Treinamento					29.547,00		21.547,00		21.547,00	8.000,00
58	Servicos de Telecomunicacoes					14.400,00		9.072,29		9.072,29	5.327,71
59	Servicos de Audio, Video e Foto					6.652,00		842,00		842,00	5.810,00
63	Servicos Graficos					6.555,00		4.150,00		4.150,00	2.405,00
69	Seguros em Geral					7.834,87		7.834,87		7.834,87	



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
355719		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
07/12/2023		0071223/23			GLOBAL		0013.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.69	100.000	449,26		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL											

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ	
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS		61.198.164/0001-60	
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO	2.5 - UF
		SAO PAULO	SP

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA ENDOSSO DOS DOIS VEÍCULOS NOVOS DA FROTA DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)	449,26

ABIMAELOUZA SILVA  
CPF: 820.941.871-87  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210  
CONTADOR





SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Código Data

967 13/12/2023

Intituição

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Natureza da Compra

DISPENSA

Descrição

Departamento

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

Finalidade

Processo

1616 - Requisição nº 1082 - Renovação de seguro da frota (5) cinco e endosso de 2 (dois) veículos novos.

Situação

APROVADO

Dotação Orçamentária

Ficha

0013.000

Elemento

33903900

Especificação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Função

1 - LEGISLATIVA

Fonte

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Subfunção

31 - Acao Legislativa

Ação

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

Programa

PROCESSO LEGISLATIVO

Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
3537	SEGURO DE AUTOMÓVEIS	UNIDADE	2,00	224,63	449,26
Valor Total da Solicitação:					449,26

VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	1	SEGURO DE AUTOMÓVEIS	UNIDADE	2,00	224,63	R\$ 449,26

Valor Total: R\$ 449,26